



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

COMITÊ DE GRADUAÇÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026

Data: 26 de março de 2026 (quinta-feira)

Horário: 14h

Local: Remotamente via Google Meet.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

CONVOCAÇÃO

O **Presidente do COMITÊ DE GRADUAÇÃO da Universidade Federal Rural do Semi-Árido** convoca todos os membros a se fazerem presentes a **1ª Reunião Ordinária de 2026**, com data, horário e local, abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

- 1 - Apreciação e deliberação sobre calendário de reuniões ordinárias do comitê de graduação para o ano de 2026;
- 2 - Apreciação e deliberação sobre envio do Regulamento do Fórum das Licenciaturas da Ufersa para a Secretaria de Órgãos Colegiados para posterior distribuição para relatoria;
- 3 - Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares – PGCC's;
- 4 - Criação de comissão para atualização da Resolução 003/2014 CONSEPE/UFERSA que trata das vagas ociosas via editais, abrangendo Reingresso, Reopção, Transferência e Portador de Diploma;
- 5 - Apreciação e deliberação sobre pauta alusiva à 2ª Reunião Ordinária do CONSEPE de 2026;
- 6 - Outras ocorrências.

Data: 26 de março de 2026 (quinta-feira)

Horário: 14h

Local: Remotamente via Google Meet.

Mossoró, 24 de março de 2026.

Francisco Edcarlos Alves Leite
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 1

Apreciação e deliberação sobre calendário de reuniões ordinárias do comitê de graduação para o ano de 2026



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ DE GRADUAÇÃO – 2026

REUNIÕES ORDINÁRIAS	COMITÊ DE GRADUAÇÃO	TURNO*	REUNIÕES ORDINÁRIAS	CONSEPE	TURNO*
-	-		1ª	26/02 (quinta-feira)	Tarde
1ª	26/03 (quinta-feira)	Tarde	2ª	27/03 (sexta-feira)	Tarde
2ª	14/04 (terça-feira)	Tarde	3ª	15/04 (quarta-feira)	Manhã
3ª	20/05 (quarta-feira)	Tarde	4ª	21/05 (quinta-feira)	Tarde
4ª	15/06 (segunda-feira)	Tarde	5ª	16/06 (terça-feira)	Manhã
5ª	05/08 (quarta-feira)	Manhã	6ª	06/08 (quinta-feira)	Tarde
6ª	15/09 (terça-feira)	Manhã	7ª	16/09 (quarta-feira)	Manhã
7ª	14/10 (quarta-feira)	Manhã	8ª	15/10 (quinta-feira)	Manhã
8ª	23/11 (segunda-feira)	Manhã	9ª	24/11 (terça-feira)	Tarde
9ª	03/12 (quinta-feira)	Manhã	10ª	04/12 (sexta-feira)	Manhã

* Reuniões no turno da manhã iniciarão às 08h e à tarde às 14h.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 2

Apreciação e deliberação sobre envio da minuta do Regimento Interno do Fórum Permanente das Licenciaturas da Ufersa para a Secretaria de Órgãos Colegiados distribuir para relatoria



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

**REGIMENTO INTERNO
FÓRUM DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFERSA (FCL - UFERSA)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Fórum Permanente das Licenciaturas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Art. 2º O Fórum Permanente das Licenciaturas, de caráter consultivo e propositivo, vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e constitui-se em espaço coletivo de debate, diagnóstico e articulação de políticas institucionais voltadas aos Cursos de Licenciatura da UFERSA.

**CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 3º O Fórum reger-se-á pelos princípios do pluralismo acadêmico, da defesa da escola pública, da valorização dos profissionais da educação e da articulação da educação superior com a educação básica e a sociedade.

Art. 4º O objetivo geral do Fórum é promover reflexão, análise, proposição e articulação de ações e programas para a formação e a profissionalização docente, envolvendo diferentes instituições, coletivos e sujeitos nesse processo.

Art. 5º São objetivos específicos do Fórum Permanente das Licenciaturas da UFERSA:

I – fortalecer a identidade e a integração dos cursos de licenciatura da UFERSA, promovendo o diálogo entre cursos, departamentos e unidades acadêmicas;

II – acompanhar, avaliar e propor políticas institucionais voltadas à formação de professores, em consonância com as diretrizes nacionais e com o projeto institucional da UFERSA;



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

III – promover o intercâmbio de experiências pedagógicas, curriculares e de gestão acadêmica entre os cursos de licenciatura da UFERSA, estimulando práticas inovadoras e colaborativas de ensino, pesquisa e extensão;

IV – contribuir para a qualificação e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), favorecendo a coerência, a observância entre as diferentes licenciaturas, as diretrizes nacionais de Formação de Professores e a autonomia universitária da UFERSA;

V – acompanhar, discutir e propor políticas públicas de formação docente, oferecendo subsídios técnicos e pedagógicos às coordenações de curso, colegiados, núcleos docentes estruturantes, à Pró-Reitoria de Graduação e aos demais órgãos da administração superior;

VI – fomentar a integração entre programas e projetos institucionais, estaduais e nacionais para a formação de professores;

VII – incentivar a produção e a socialização de conhecimento sobre o ensino e a formação de professores, apoiando pesquisas, projetos e ações extensionistas voltadas à educação básica;

VIII – promover a valorização da docência como eixo estruturante da missão institucional da UFERSA e da formação integral crítico-cidadã;

IX – constituir-se em espaço permanente de escuta, diálogo e articulação entre discentes, docentes, coordenações, gestores dos cursos de licenciatura da UFERSA e sociedade civil;

X – propor encaminhamentos e recomendações que subsidiem decisões da PROGRAD e dos conselhos superiores quanto às políticas de formação de professores.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º São competências do Fórum Permanente das Licenciaturas da UFERSA:

I – propor, acompanhar e avaliar ações institucionais relacionadas à formação de professores;



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

- II – emitir pareceres, recomendações e proposições sobre temas pertinentes às licenciaturas da UFERSA, quando solicitado pela Pró-Reitoria de Graduação ou por iniciativa própria;
- III – contribuir para a elaboração, revisão e atualização de políticas institucionais voltadas à formação de professores, em articulação com os órgãos colegiados e gestores da UFERSA;
- IV – propor estratégias de integração entre os cursos de licenciatura da UFERSA e as redes de ensino da educação básica, fortalecendo a relação universidade–escola-comunidade;
- V – estimular a identificação de demandas, desafios e potencialidades dos cursos de licenciatura da UFERSA de modo a subsidiar o planejamento institucional;
- VI – acompanhar e avaliar programas e projetos institucionais vinculados à formação de professores;
- VII – estimular e apoiar a realização de eventos, seminários, oficinas e encontros voltados à formação de professores e ao intercâmbio de experiências entre licenciaturas;
- VIII – articular-se com fóruns e redes externas de formação de professores em âmbito regional e nacional, fortalecendo a inserção da UFERSA no debate sobre políticas de formação docente;
- IX – propor ações que promovam a valorização da docência e o reconhecimento social do professor;
- X – encaminhar à PROGRAD sugestões, recomendações e proposições decorrentes das discussões do Fórum, com vistas à melhoria da qualidade das licenciaturas da UFERSA.
- XI - Promover, a cada dois anos, o Fórum Permanente das Licenciaturas, para avaliar a política de formação dos profissionais da educação e propor novas ações.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Fórum Permanente das Licenciaturas será composto da seguinte forma:

- I – um representante da Pró-Reitoria de Graduação;



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

- II – um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- III – um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;
- IV – um representante do Núcleo de Educação a Distância;
- V – coordenadores dos cursos de licenciatura;
- VI – um representante docente efetivo de cada curso de licenciatura, indicado pelas coordenações dos cursos após consulta aos respectivos colegiados;
- VII – um representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação;
- VIII – um representante da Secretaria Estadual de Educação;
- IX – dois representantes discentes dos cursos de licenciatura, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes;
- X – um representante da equipe técnico-pedagógica, que atua nos cursos de licenciatura, indicado pela entidade de classe;
- XI – Um representante de cada um dos programas de formação docente.

§ 1º Cada representante terá um suplente, que na falta do titular, o substituirá nas reuniões.

§ 2º Os membros do Fórum terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, na mesma representação.

§ 3º Recomenda-se que os representantes docentes dos cursos de Licenciatura sejam membros do Colegiado ou do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, sendo que seu mandato continuará pelo prazo previsto (2 anos), independente da representação original.

§ 4º Perderá o mandato o membro que tiver duas faltas consecutivas, ou três faltas alternadas, sem justificativa, em reuniões ordinárias. Sendo este substituído pelo seu suplente e havendo nova indicação para a vaga de suplente.

Art. 8º As reuniões do Fórum Permanente das Licenciaturas serão públicas e abertas à participação de docentes, técnicos-administrativos, estudantes e demais interessados nas questões atinentes às licenciaturas e à formação de profissionais da educação básica, com direito a voz.

Art. 9º O Fórum Permanente das Licenciaturas será gerido por um Coordenador e um Vice-coordenador.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

§ 1º O Coordenador e o Vice-coordenador serão eleitos pelos membros do fórum.

§ 2º O Coordenador e o Vice-coordenador terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 10. As proposições do Fórum Permanente das Licenciaturas serão aprovadas preferencialmente por consenso ou por maioria simples.

Art. 11. O Fórum Permanente das Licenciaturas reunir-se-á por convocação do seu Coordenador, em reunião ordinária, trimestralmente e, em reunião extraordinária, sempre que se fizer necessário.

§ 1º A convocação deve ser realizada com antecedência de 72 (setenta e duas) horas para reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para reuniões extraordinárias.

§ 2º O Fórum poderá ser auto-convocado a pedido de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos seus membros.

§ 3º A auto-convocação referida no § 1º deverá realizar-se mediante encaminhamento de ofício à Coordenação do Fórum, devendo conter local, data, horário, pauta e as assinaturas dos membros solicitantes.

§ 4º Na ausência do Coordenador, a plenária do Fórum será conduzida pelo Vice-coordenador.

Art. 12 O Fórum funcionará com o quórum mínimo de 1/3 (um terço) dos seus participantes e as decisões serão tomadas por maioria simples dentre os membros presentes na reunião.

Art. 13. A Pró-Reitoria de Graduação prestará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Fórum das Licenciaturas.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS E DA COORDENAÇÃO

Art. 14. São atribuições dos membros que compõem o Fórum de Licenciaturas da UFERSA:

I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, com direito a voz e voto, contribuindo para os debates referentes às políticas institucionais de formação docente;

II – representar o curso, setor ou segmento a que pertencem, trazendo as demandas ao Fórum, desafios, experiências e proposições relativas às licenciaturas em seus respectivos campi;



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

III – assessorar a Coordenação e a Vice-Coordenação do Fórum, sempre que solicitado, oferecendo apoio técnico, pedagógico e organizacional;

IV – colaborar na organização, execução e avaliação das atividades, ações e eventos promovidos pelo Fórum, tais como seminários, encontros, conferências, rodas de diálogo e grupos de trabalho;

V – contribuir para o planejamento semestral e anual das atividades do Fórum, deliberando sobre prioridades, cronogramas e estratégias de execução;

VI – propor a criação de comissões, subcomissões, grupos de trabalho ou frentes temáticas, sempre que necessário para aprofundar análises, estudos e ações relativas à formação inicial e continuada de professores;

VII – manter diálogo permanente com os colegiados de curso, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), coordenações de estágios (quando houver), programas vinculados à formação docente (PIBID, PARFOR, projetos de extensão, dentre outros) e demais setores da universidade;

VIII – acompanhar e subsidiar reflexões sobre políticas curriculares, propondo, quando pertinente, adequações e encaminhamentos relacionados às diretrizes institucionais e nacionais da formação docente;

IX – apoiar na articulação entre universidade, educação básica e territórios (comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos originários, dentre outros), contribuindo para o fortalecimento de parcerias interinstitucionais, considerando o caráter multicampi da UFERSA e suas inserções nas redes municipais, estaduais do campo e da cidade;

X – cumprir e zelar pelos princípios e objetivos estabelecidos neste Regimento e nas políticas institucionais de formação de professores da UFERSA;

XI – promover a socialização interna, levando às unidades acadêmicas e às comunidades dos *campi* os informes e encaminhamentos do Fórum;

XII – participar dos processos avaliativos das políticas institucionais de formação docente, contribuindo com sugestões e proposições fundamentadas.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

Art. 15. A Coordenação e a Vice-Coordenação do Fórum de Licenciaturas da UFERSA terão as seguintes atribuições:

I – planejar, convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum, zelando pelo cumprimento das pautas, dos encaminhamentos e do regimento interno;

II - viabilizar a elaboração da ata de cada reunião, considerando o apoio técnico-administrativo indicado pela PROGRAD, conforme o disposto no Art. 13, assegurando sua fidedignidade, arquivo e divulgação;

III – acompanhar os encaminhamentos aprovados em plenária, garantindo a articulação entre os *campi* e entre os diversos setores da UFERSA envolvidos com as licenciaturas;

IV – representar oficialmente o Fórum, sempre que demandado, junto à Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), centros acadêmicos, colegiados de curso, NDEs, programas institucionais de formação docente e demais instâncias internas e externas;

V – elaborar e coordenar o plano anual de atividades do Fórum, submetendo-o à apreciação da plenária, na primeira reunião ordinária do ano;

VI – articular e acompanhar comissões, grupos de trabalho ou frentes temáticas propostas pelo Fórum, garantindo o fluxo de informações e a sistematização de resultados;

VII – apoiar a promoção da integração entre as licenciaturas dos diferentes *campi*, respeitando suas especificidades e fortalecendo a identidade institucional da formação docente na UFERSA;

VIII – apoiar as ações da PROGRAD, especialmente no que diz respeito a políticas curriculares, estágios supervisionados, programas de formação docente e diretrizes institucionais;

IX – acompanhar normativas, legislações e políticas nacionais referentes à formação de professores, para debate no âmbito do Fórum;

X – participar de eventos, fóruns, reuniões e encontros institucionais ou externos, representando os interesses coletivos das licenciaturas da UFERSA;

XI – zelar pelo caráter democrático, plural, participativo e intercampi do Fórum, assegurando a circulação equitativa de informações e debates;



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

XII - Coordenar, a cada dois anos, o Fórum Permanente das Licenciaturas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As propostas de modificação do presente Regimento poderão ser realizadas mediante aprovação da maioria simples dos membros do Fórum e serão submetidas à aprovação do Conselho Superior da UFERSA.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do Fórum Permanente das Licenciaturas da UFERSA, em maioria simples.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 3

Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares – PGCC's



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 4

Criação de comissão para atualização da Resolução 003/2014 CONSEPE/UFERSA que trata das vagas ociosas via editais, abrangendo Reingresso, Reopção, Transferência e Portador de Diploma



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 5

Apreciação e deliberação sobre pauta alusiva à 2ª Reunião Ordinária do CONSEPE de 2026



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Comitê de Graduação

PONTO 6

Outras ocorrências.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da solicitação enviada pelos Departamentos dos *Campi* Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, que encaminharam, para análise, os Programas Gerais de Componentes Curriculares abaixo relacionados:

Código	Componente Curricular
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
1 ACS1220	CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL
2 MSA1951	DIREITO DO CONSUMIDOR
3 MSA1954	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
4 MSA1940	DIREITOS CULTURAIS
5 ACS0506	EMPREENDEDORISMO (1200213)
6 MSA1982	ÉTICA PROFISSIONAL
7 ACS0281	ORÇAMENTO EMPRESARIAL (1200654)
8 MSA1962	PRÁTICA JURÍDICA EMPRESARIAL
9 ACS0498	TEORIA DA CONTABILIDADE (1200636)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CARAÚBAS	
10 CCT1840	DIDÁTICA
11 CCT1836	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12 CCT1860	FÍSICA EXPERIMENTAL IV
13 CCT1837	LIBRAS
14 CCT1823	MATEMÁTICA BÁSICA
15 CCT1839	MECÂNICA CLÁSSICA I
16 CCT1838	PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE FÍSICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS	
17 AAS0452	EDUCACAO ESPECIAL E INCLUSAO (1206025)
18 AEX0713	ESTAGIO SUPERVISIONADO I
19 AEX0714	ESTAGIO SUPERVISIONADO II
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS	
20 AAS0700	LIBRAS (1200585)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS	
21 MAF2720	TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS

Mossoró – RN, 24 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO EDCARLOS ALVES LEITE
Data: 24/03/2026 13:21:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Francisco Edcarlos Alves Leite
Pró-Reitor de Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:41

Componente Curricular:	ACS1220 - CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	Contabilidade ambiental: noções básicas. A contabilidade e o meio ambiente. Gestão empresarial e desenvolvimento sustentável. Contabilização de eventos ambientais (ativo, passivo, receita, custo e despesa ambiental). Formas de evidencição da informação contábil (aspectos legais e limitações). Auditoria ambiental. Relatórios socioambientais.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Capacitar os alunos a compreender e aplicar os conceitos de contabilidade ambiental e ESG (Environmental, Social, and Governance), com foco em práticas de mensuração, evidencição e auditoria socioambiental. A disciplina busca desenvolver competências para a análise crítica de relatórios socioambientais e sua integração à estratégia empresarial, alinhando desempenho financeiro e sustentabilidade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL E ESG: Contabilidade Ambiental e Meio Ambiente - Noções básicas de contabilidade ambiental. - Relação entre contabilidade e o meio ambiente. - Gestão ambiental e sustentabilidade. Introdução ao ESG (Environmental, Social, and Governance) - Conceitos e dimensões do ESG. - A importância do ESG no cenário empresarial atual. - Relação entre ESG e desenvolvimento sustentável. Gestão Empresarial e Sustentabilidade - Responsabilidade socioambiental corporativa. - Integração de práticas ESG na estratégia empresarial. - Desenvolvimento sustentável e geração de valor.	10	10	
II	Mensuração e Reconhecimento Contábil de Eventos Ambientais - Contabilização de ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais. - Conceitos fundamentais aplicados ao ESG: ativos, passivos, despesas e perdas socioambientais. - Indicadores ESG: mensuração e impacto financeiro. Normas e Padrões de Evidencição Socioambiental - NBC T 15 – Informações de natureza social, ambiental e de governança. - NBC TDS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. - NBC TDS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima. - Padrões internacionais: GRI, IBASE, SASB. - Aspectos legais e limitações na evidencição contábil ESG.	10	10	

	Relatórios e Demonstrações Socioambientais • Relatório de Sustentabilidade. • Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. • Notas Explicativas com foco socioambiental e de governança.			
III	Auditoria Ambiental e ESG • Conceitos e práticas de auditoria ambiental. • Auditoria ESG: escopo e certificações. • Padrões internacionais em auditoria ESG. • Auditoria relacionada às divulgações exigidas pelas normas NBC TDS 01 e NBC TDS 02. Impacto do ESG no Desempenho Empresarial • Relação entre ESG, desempenho financeiro e reputação. • ESG como diferencial competitivo. • Atração de investimentos sustentáveis por meio do ESG.	10	10	

Competências e Habilidades

- Compreender os conceitos fundamentais de contabilidade ambiental e ESG.
- Mensurar e reconhecer eventos socioambientais e financeiros relacionados ao ESG.
- Evidenciar informações socioambientais de acordo com normas nacionais e internacionais.
- Analisar criticamente relatórios de sustentabilidade e demonstrações financeiras ESG.
- Aplicar práticas de auditoria ESG, considerando padrões e certificações internacionais.
- Avaliar o impacto das práticas ESG no desempenho financeiro e na reputação das organizações.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Estudos de caso e análises de relatórios de sustentabilidade.
- Leitura e discussão de artigos e normas relevantes.
- Desenvolvimento de trabalhos práticos e seminários.
- Aplicação prática de R para análise de dados ESG e resolução de problemas reais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy C. ESG: Teoria e Prática para a Verdadeira Sustentabilidade Nos Negócios - 1ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553620500. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620500/>.

FERREIRA, Araceli C. de S.. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Maísa de S. Contabilidade Ambiental - 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502108837. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502108837/>.

Referências Bibliográficas Complementares

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2011.

CEZAR, Henrique; JÚNIOR, João Bosco Arbués Carneiro. Fundamentos de Investimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília, DF: CFC, 2004. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>

KASSAI, José R.; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens S. Contabilidade Ambiental - Relato Integrado e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597022490. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022490/>.

TINOCO, Eduardo Prudêncio T.; KRAEMER, Maria Elisabeth P. Contabilidade e gestão ambiental, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. E-book. p.Capa. ISBN 9788522466535. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466535/>

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código
do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação
--



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:43

Componente Curricular: MSA1951 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A Política Nacional de Proteção do Consumidor. Sujeitos da relação de consumo. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Práticas comerciais. Proteção contratual. As novas tecnologias da informação e comunicação e o Direito do Consumidor. A tutela judicial e extrajudicial do consumidor. Órgãos de proteção.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender os fundamentos e instrumentos da Política Nacional de Proteção do Consumidor, analisando a disciplina das relações de consumo, a responsabilidade civil, as práticas comerciais, a proteção contratual e os desafios decorrentes das novas tecnologias, bem como os mecanismos de tutela judicial e extrajudicial.

Objetivos Específicos

1. Identificar os sujeitos da relação de consumo e as principais práticas comerciais, contratuais e de responsabilidade civil previstas no direito do consumidor.
2. Analisar criticamente a atuação dos órgãos de proteção, assim como os meios de tutela judicial e extrajudicial dos direitos do consumidor.
3. Avaliar os impactos das novas tecnologias da informação e comunicação sobre as relações de consumo e a proteção jurídica do consumidor.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Unidade I – Fundamentos e Estrutura do Direito do Consumidor • Política Nacional de Proteção do Consumidor. • Sujeitos da relação de consumo. • Responsabilidade civil no direito do consumidor.	15	5	
II	Unidade II – Práticas Comerciais e Proteção Contratual • Práticas comerciais. • Cláusulas abusivas e proteção contratual. • Relações de consumo e contratos de adesão.	15	5	
III	Unidade III – Novos Desafios e Mecanismos de Proteção • As novas tecnologias da informação e comunicação e o Direito do Consumidor. • Tutela judicial e extrajudicial do consumidor. • Órgãos de proteção e fiscalização.	10	10	

Competências e Habilidades

- Comunicar-se verbalmente e por escrito sobre temas do Direito do Consumidor, interpretando textos legais, atos administrativos, contratos e decisões judiciais, com a devida utilização do vocabulário técnico e normas jurídicas aplicáveis.
- Analisar a Política Nacional de Proteção do Consumidor, a responsabilidade civil, as práticas comerciais, a proteção contratual e os efeitos das novas tecnologias, compreendendo criticamente os impactos sociais, econômicos e culturais dessas relações.
- Pesquisar, selecionar e utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e documentos técnicos relativos ao Direito do Consumidor, aplicando os resultados em estudos de caso e atividades acadêmicas.
- Reconhecer os mecanismos de tutela judicial e extrajudicial do consumidor, bem como a atuação dos órgãos de proteção, exercendo a prática acadêmica com observância aos princípios éticos e jurídicos.
- Desenvolver raciocínio lógico e argumentação jurídica fundamentada, articulando normas e princípios do

Direito do Consumidor a fim de promover a reflexão crítica e a persuasão em debates e atividades práticas.

- Avaliar situações concretas das relações de consumo, definindo estratégias de solução jurídica lícitas, éticas e criativas, diante dos diferentes cenários apresentados pelo mercado de consumo contemporâneo.

Metodologia

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, voltadas à apresentação dos conteúdos teóricos e à problematização dos temas centrais do Direito do Consumidor. Complementarmente, serão realizadas atividades práticas relacionadas aos conteúdos ministrados, de modo a estimular a aplicação dos conceitos em situações concretas de consumo.

Como estratégia de integração curricular, será incentivada a utilização das atividades de trabalhos acadêmicos e apresentações de seminários vinculados a outros componentes curriculares do semestre letivo em que se encontra o discente, sendo estas incorporadas como atividades avaliativas. Essa metodologia possibilitará tanto a demonstração prática da assimilação dos conteúdos quanto a consolidação da aprendizagem teórica ministrada.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Benjamin, Antonio Herman V.. Manual de direito do consumidor . 7.ed. rev. atual. amp.. Revista dos Tribunais. 2016. ISBN: 978-85-203-6860-2 (Broch.)

Bolzan, Fabrício. Direito do consumidor esquematizado® . . Saraiva. 2013. ISBN: 978-85-02-19685-8 (Broch.)

Tartuce, Flávio. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 6.ed. rev., atual. e ampl.. Forense. 2017. ISBN: 978-85-309-7333-9 (Encad.)

Referências Bibliográficas Complementares

Almeida, João Batista de. Manual de direito do consumidor . 5.ed. rev.. Saraiva. 2011. ISBN: 978-85-02-11053-3 (Broch.)

Braga Neto, Felipe P.. Manual do direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. 9.ed. rev. amp. atual.. JusPODIVM. 2014. ISBN: 857761902-8 (Broch.)

Cavaliere Filho, Sergio. Programa de direito do consumidor . 3.ed.. Atlas. 2011. ISBN: 978-85-224-6317-6 (Broch.)

Filomeno, José Geraldo Brito. Curso fundamental de direito do consumidor . 3.ed.. Atlas. 2014. ISBN: 978-85-224-9064-6 (broch.)

Nunes, Rizzatto. Curso de direito consumidor . 8.ed. rev. e atual.. Saraiva. 2013. ISBN: 978-85-02-20080-7 (Enc.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:43

Componente Curricular: MSA1954 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Tutela de conhecimento e executiva: diferenciações. Princípios da função executiva. Título Executivo. Processo de Execução: sujeitos, competência, requisitos, títulos executivos extrajudiciais, exigibilidade, responsabilidade patrimonial, espécies de execução. Execução de Alimentos, Execução contra a Fazenda Pública e Execução Fiscal. Embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução. Processo nos tribunais. Sistema recursal cível. Recursos: teoria geral e meios de impugnação das decisões judiciais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO:

- 1.1 Compreender a distinção entre tutela de conhecimento e tutela executiva.
- 1.2 Analisar os princípios, procedimentos e peculiaridades do processo de execução, tanto de títulos judiciais quanto extrajudiciais.
- 1.3 Entender os problemas relacionados à efetividade do processo de execução.
- 1.4 Incentivar o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, interpretação jurídica e argumentação com base em temas atuais e relevantes.
- 1.5 Capacitar os alunos na elaboração de peças processuais típicas da execução, quando no estudo couber esse tipo de atividade prática.
- 1.6 Investigar a aplicação das normas de execução em diferentes contextos;
- 1.7 Analisar a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores sobre temas relevantes no processo de execução.
- 1.8 Desenvolver um artigo científico ou resumo expandido que explore soluções para a maior efetividade da execução.

2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS AO SISTEMA RECURSAL, ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PRECEDENTES:

- 2.1 Compreender os fundamentos e as principais características do sistema recursal no CPC/2015.
- 2.2 Analisar o papel do sistema de precedentes no contexto dos recursos.
- 2.3 Investigar a ordem de tramitação dos processos nos tribunais e os critérios para sua priorização.
- 2.4 Estudar a uniformização de jurisprudência e os mecanismos utilizados.
- 2.5 Examinar os recursos em espécie, suas hipóteses de cabimento e suas peculiaridades.
- 2.6 Identificar questões atuais e controvérsias relacionadas à matéria recursal no Brasil.
- 2.7 Desenvolver a habilidade de interpretar decisões judiciais relacionadas ao sistema recursal brasileiro.
- 2.8 Identificar os principais argumentos utilizados em casos práticos e sua relação com a doutrina e a legislação.
- 2.9 Analisar o impacto prático de decisões judiciais em temas emblemáticos e polêmicos do sistema recursal.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Aula 01: Diferença entre a tutela de conhecimento e a executiva. Classificações da tutela executiva: título judicial e extrajudicial. Princípios do processo de execução. Aula 02: Aspectos processuais e procedimentais do processo de execução: legitimidade, competência, responsabilidade patrimonial,	20	0	

	fraudes e impenhorabilidade. Aula 03: Procedimentos: cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial. Aula 04: A penhora: tipologia e sua efetividade. A adjudicação. A alienação. Defesas do executado. Suspensão e extinção do processo de execução. Aula 05: Primeira avaliação. Seminários temáticos: parte teórica e elaboração de peças processuais:			
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Aula 06: Sistema de precedentes, conceituação, eficácia/efeitos, distinguishing e overruling. Aula 07: Ordem dos processos nos Tribunais: procedimentos, relatório, colocação em pauta, sustentação oral, pedido de vista, técnica de ampliação do colegiado, poderes do relator. Aula 08: Procedimentos específicos nos Tribunais: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR); Incidente de Assunção de Competência (IAC); Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (IAI); Ação Rescisória e Reclamação. Aula 09: Recursos: aspectos gerais, princípios, remessa necessária, recurso adesivo, juízos de admissibilidade e de mérito. Aula 10: Segunda Avaliação	20	0	
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Aula 11: Embargos de Declaração e Apelação Cível. Aula 12: Tipologia dos agravos: agravo de instrumento, agravo interno e agravo em Recurso Extraordinário ou Especial. Aula 13: Recursos específicos: ordinário, especial, extraordinário e embargos de divergência. Aula 14: Preparação de peças processuais recursais: EDcl; Ap. Cível, Agravos, RE, REsp e ED. Apresentação pelos discentes e correção em sala de aula. Aula 15: Terceira avaliação: Apresentação de um resumo expandido e/ou projeto para elaboração de artigo científico.	20	0	

Competências e Habilidades

- 1 Responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição, sempre no intuito de buscar a efetividade da prestação jurisdicional.
- 2 Ter a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do Curso e o perfil do bacharel que se pretende formar, notadamente comprometido com a Justiça.
- 3 Formar bacharéis em Direito, qualificados para o exercício profissional nas esferas pública e privada, comprometidos com a ética e a aplicação da Ciência do Direito às necessidades e aos problemas locais, regionais e nacionais.
- 4 Formar cidadãos críticos, competentes e aptos ao exercício da profissão e da cidadania, respaldado numa concepção de educação humanística e cidadã, buscando o equilíbrio entre o preparo científico, técnico e humanístico.
- 5 Formar profissionais-cidadãos com habilidades técnico-jurídicas para o exercício consciente das diversas atividades da área jurídica, com ênfase nas questões atinentes aos problemas legais processuais, notadamente do processo de execução e manejo das peças recursais além do conhecimento do sistema de precedentes.
- 6 Interpretar os dispositivos legais do Código de Processo Civil que tratam do processo de execução e dos recursos, assim como a doutrina correlata.
- 7 Expor o conteúdo programático, vivenciando situações práticas relacionadas à Disciplina e seus conceitos para a continuação do curso jurídico.
- 8 Estimular os discentes em atividades de pesquisa, mediante a apresentação dos resultados em seminários temáticos, confecção de resumos expandidos e artigos científicos.

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Estudo de textos;

- Técnica de trabalho em grupo;
- Seminários temáticos;
- Análise de casos e elaboração de peças processuais;
- Atividades fora da sala de aula (estudo dirigido e atividades de pesquisa);
- Visitas técnicas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 20.ed. rev. atual e ampl.. Juspodivm. 2023. ISBN: 978-85-442-4209-4 (Broch.)

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: execução. 13.ed. rev., ampl. e atual.. Juspodivm. 2023. ISBN: 978-85-442-4260-5 (Enc.)

Assis, Araken de. Manual de execução . 19.ed. rev. atual. amp.. Revista dos Tribunais. 2017. ISBN: 978-85-203-7262-3 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Theodoro Júnior, Humberto. Curso de direito processual civil . 57.ed.. Forense. 2023. ISBN: 978-65-5964-727-9 (Broch.)

Montenegro Filho, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do recurso, recursos em espécies, processo de execução. 5.ed.. Atlas. 2009. ISBN: 978-85-224-5390-0 (Broch.)

Jorge, Flávio Cheim. Teoria geral dos recursos cíveis . . Revista dos Tribunais. 2013. ISBN: 978-85-203-4762-1 (Broch.)

Azzoni, Clara Moreira. Recurso especial e extraordinário: aspectos gerais e efeitos. . Atlas. 2009. ISBN: 9788522455515 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:43

Componente Curricular: MSA1940 - DIREITOS CULTURAIS

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa:

Noções Gerais dos Conceitos de Cultura e de Direitos Culturais. Ordenação constitucional da cultura no Brasil. Tratamento jurídico-constitucional da cultura. Direitos culturais como direitos fundamentais. Princípios constitucionais culturais. Federalismo cultural, Sistema Nacional de Cultura e repartição de competências em matéria cultural. Papel do Estado frente aos Direitos Culturais: os diferentes modelos. Proteção, fomento e difusão da cultura. Proteção do patrimônio cultural: mecanismos e instrumentos administrativos, legislativos e judiciais. Proteção à criação e à produção cultural: direitos autorais como direitos culturais. Legislação federal de incentivo e fomento à cultura (PRONAC, Audiovisual e relações jurídico-trabalhistas no setor cultural).

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar aos discentes a polissemia do conceito de cultura nas ciências sociais e humanas.

Discutir o conceito de direitos culturais a partir de sua especificidade no campo jurídico, sem menosprezar a interdisciplinaridade com outras searas das ciências sociais e humanas, bem como apresentá-los o contexto histórico de sua constituição como campo do conhecimento.

Compreender as mais diferentes funções e atuações do Estado em matéria cultural, bem como também da sociedade civil.

Identificar e assimilar os princípios constitucionais culturais e demais normas constitucionais acerca da matéria.

Compreender a legislação cultural infraconstitucional atual e recepcionada pela Constituição a partir da interpretação e tratamento sistêmico com as normas de natureza constitucional.

Analisar os principais conjuntos normativos nacionais e internacionais de proteção, fomento e difusão da cultura.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1. Noções Gerais do Conceito de Cultura e a Cultura no ordenamento constitucional brasileiro 1.1 A noção antropológica de cultura. 1.2 Histórico do tratamento jurídico-constitucional da cultura no Brasil. 1.3 Direitos Culturais como direitos fundamentais. 1.4 Garantias dos Direitos Culturais. 1.5 Tipos de normas constitucionais relativas aos Direitos Culturais. 1.6 Princípios constitucionais culturais 1.7 Repartição de competências legislativas e administrativas na área da cultura e o papel do Estado. 1.8 Políticas culturais.	10	0	
II	2. Proteção do Patrimônio Cultural e da Produção Cultural 2.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial. 2.2. Os instrumentos de proteção: tombamento, registro, inventário, lei do patrimônio arqueológico, paisagem cultural, Estatuto dos Museus, Tesouros Vivos. 2.3 Mecanismos processuais de proteção do patrimônio cultural: Ação Popular e a Ação Civil Pública. 2.4 Direitos autorais como direito cultural. 1.5 As relações de trabalho e de serviços no espetáculo.	10	0	

III	3. Incentivos e Fomento à Cultura 3.1 Leis de Incentivos Fiscais. 3.2 Programa Nacional de Apoio à Cultura e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura. 3.3 Fundos Públicos e Orçamento. 3.4 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e a Cultura. 3.5 Editais culturais.	10	0	
-----	--	----	---	--

Competências e Habilidades

Desenvolvimento das capacidades discentes de identificação, compreensão e resolução de conflitos jurídico-sociais no campo cultural, envolvendo os direitos culturais em sua especificidade.

Estímulo à capacitação e atualização permanente das mudanças legislativas na seara cultural.

Metodologia

Aulas expositivas com a criação de ambiente interativo a partir de provocações, questionamentos e problemáticas decorrentes de casos conflituosos da realidade e do campo jurídico-cultural, com a apresentação das principais fundamentações teóricas sobre as situações tratadas.

A disciplina se utilizará da estratégia da apresentação e debate de textos, capítulos de livro e artigos de periódicos dada a constante atualização jurídica da matéria, com a solicitação de resenhas ou gravação de vídeos ou podcasts obre alguns dos tópicos tratados na disciplina.

Estimula-se que as resenhas possam ser publicadas em periódicos, boletins e revistas especializadas.

É facultada a apresentação, ao final da disciplina, dos resultados de pesquisa exploratória sobre quaisquer dos temas versados na disciplina de Direitos Culturais, como alternativa à avaliação por provas individuais (objetivas e subjetivas) – em regra aplicadas em cada unidade.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Cunha Filho, Francisco Humberto. Teoria dos direitos culturais. 2.ed. São Paulo: Sesc, 2020.

Cunha Filho, Francisco Humberto. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília Jurídica. 2000. ISBN: 85-7469-128-3 (Broch.)

Costa, Rodrigo Vieira; Telles, Mário Ferreira de Pragmácio. Cultura e direitos culturais. Lumen Juris. 2017. ISBN: 978-85-519-01-31-1 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Cesnik, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura. 3 ed., rev., ampl. São Paulo: Manole, 2015.

Furtado, Celso. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado. 2012. ISBN: 978-85-7866-045-1 (Broch.)

Olivieri, Cristiane Garcia. Cultura neoliberal leis de incentivo como política pública de cultura. Escrituras. 2004. ISBN: 8575311174 (Broch.)

Políticas culturais: teoria e práxis. . Itáu Cultural#\$&Fundação Casa de Rui Barbosa. 2011. ISBN: 978-85-7979-020-1 (Broch.)

Souza, Allan Rocha de . Direitos culturais no Brasil . . Beco do Azogue. 20132. ISBN: 978-85-7920-089-2 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:45

Componente Curricular: ACS0506 - EMPREENDEDORISMO (1200213)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceito de empreendedorismo. Origens do empreendedorismo. O empreendedor como líder. A visão da oportunidade de negócios. Como transformar a visão em um negócio. Como começar um novo empreendimento. Causas da mortalidade de empresas. Tipos de empreendedorismo: intra-empendedor, empreendedor privado, empreendedor social, mulher empreendedora, criatividade, iniciativa, intuição e mapa de competência.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver a atitude criativa e o espírito empreendedor dos estudantes, propiciando-lhes as competências técnicas necessárias e aprimoramento para desenvolver, analisar e implementar ideias de negócios, bem como conduzi-las gerencialmente, tornando-as viáveis administrativa, financeira e operacionalmente. Discutir teorias de empreendedorismo e de empreendedor. Apresentar possibilidades de assessorias e financiamentos de negócios. Apresentar a estrutura de um plano de negócios.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO Origem, Conceitos e teorias do empreendedorismo 1.1 Características do Empreendedor 1.2 O processo empreendedor 1.3 Empreendedor como líder. Características do Empreendedor. 1.4 Tipos de empreendedorismo 1.5 Identificando oportunidades 1.6 Estudos de caso.	12	8	
II	PLANEJAMENTO EMPREENDEDOR 2.1 Planejamento e sua importância 2.2 Causas da mortalidade de empresas 2.3 Processo de inovação 2.4 Como transformar a visão em negócio. 2.5 O Plano de Negócios. Etapas, Estrutura e importância. 2.6 Estudos de caso.	12	8	
III	PLANO DE NEGÓCIOS 3.1 Análise estratégica e de Mercado 3.2 Plano de Marketing 3.3 Plano Financeiro 3.4 Alternativas para captação de recursos para novos empreendimentos. 3.5 Consolidação e criação de um modelo de negócio.	12	8	

Competências e Habilidades

Tendo como base a Resolução CNE/CES nº 04/2005, Art. 4º, o curso de Administração da UFERSA deve propiciar oportunidades para que o formando tenha as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e buscar soluções para os problemas organizacionais, de forma ética, crítica e reflexiva;

II - pensar estratégica e sistemicamente, em nível local, regional, nacional e internacional; considerando as

dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais;

III - comunicar-se e expressar-se de maneira compatível com o exercício profissional;

IV - raciocinar de forma lógica, criativa e analítica para atuar criticamente na esfera organizacional; V - operar com valores e formulações matemáticas auxiliando no processo de tomada de decisões;

VI - iniciativa política, administrativa e de aprendizagem, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional, em conformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Administração (Conselho Federal de Administração - CFA);

VII - capacidade de articular conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável e flexível;

VIII - capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, consultoria em gestão, pareceres e perícias administrativas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Debates em sala de aula. Trabalhos em equipe (seminários). Atividades práticas. Poderão ser utilizados recursos didáticos variados, tais como: artigos, estudos de caso, vídeos, filmes, entre outros.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Dornelas, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7.ed.. Empreende. 2018. ISBN: 978-85-66103-05-2 (Broch.)

Lima, Brendha Rodrigues de. Empreendedorismo no Brasil - 2016 . . IBQP. 2017. ISBN: 978-85-87446-22-0 (Broch.)

Dornelas, José. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI. 2.ed.. Campus. 2014. ISBN: 978-85-352-6458-6 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Maximiano, Antonio Cesar Amaru. Administração para empreendedores . 2.ed.. Pearson Prentice Hall. 2011. ISBN: 978-85-7605-876-2 (Broch.)

Carvalho Júnior, Luiz Carlos de. Pólos industriais do Sul do Brasil experiência de competitividade e empreendedorismo. . [S.n.]. 2007. ISBN: (Broch.)

Salim, Cesar Simões. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. . Campus. 2010. ISBN: 978-85-52-3466-4 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:16

Componente Curricular: MSA1982 - ÉTICA PROFISSIONAL

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: História das ideias éticas. Definição e objeto da Ética. Ética e Moral. Problemas éticos atuais. Normas éticas em vigor e mecanismo institucional de controle no campo jurídico profissional: Magistratura, Ministério Público e Advocacia. Sociologia da moral no campo jurídico profissional.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender os fundamentos filosóficos da ética, suas relações com o Direito e a moral, e sua importância para o exercício das profissões jurídicas;

Analisar criticamente os códigos de ética das principais carreiras jurídicas, identificando seus princípios, deveres, sanções e implicações práticas;

Desenvolver habilidades de reflexão ética diante de dilemas profissionais reais, por meio do estudo de casos concretos e da jurisprudência dos órgãos de controle ético (CNJ, CNMP, OAB, entre outros);

Reconhecer a ética como algo imprescindível à ciência, à vida em sociedade e à atividade profissional dos juristas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Unidade I – Temas de Teoria Geral da Ética - Apresentação do plano de curso e metodologia de avaliação. Introdução à ética: conceito, ligação da ética com a filosofia e estudo e prática da ética; - Relações entre ética, Direito e moral; - Ética, profissão e Códigos de Ética.	20	0	
II	Unidade II – Profissões e Códigos de Ética - Ética na Magistratura; - Ética no Ministério Público; - Ética na Advocacia; - Ética na Docência; - Ética, Pesquisa Acadêmica e Inteligência Artificial.	12	8	
III	Unidade III – Ética no Campo Jurídico Profissional - Estudos de casos (Magistratura); - Estudos de casos (Ministério Público); - Estudos de casos (Advocacia); - Estudos de casos (Docência/pesquisa).	12	8	

Competências e Habilidades

A disciplina possibilita a formação profissional que revela as seguintes habilidades e competências:

a) demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos;

- b) demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- c) adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação;
- d) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- e) desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos;
- f) apreender conceitos deontológico-profissionais.

Metodologia

A disciplina será conduzida por meio de aulas expositivas dialogadas, aliando exposição teórica à análise crítica de textos jurídicos, filosóficos e normativos, com vistas ao desenvolvimento de uma compreensão aprofundada da ética profissional no campo jurídico. Serão utilizadas metodologias ativas, com ênfase na aprendizagem centrada no(a) estudante, visando ao desenvolvimento de competências analíticas, argumentativas e éticas. Tais metodologias incluem a construção de mapas mentais, o uso de problemas como ponto de partida para o aprendizado (PBL), debates estruturados, análise de casos concretos, resenhas críticas e seminários dirigidos. Na Unidade I, voltada aos fundamentos da Teoria Geral da Ética, os(as) discentes serão avaliados por meio de prova dissertativa individual e da elaboração contínua de mapas mentais sobre cada aula, como forma de consolidação ativa e visualização dos conteúdos discutidos. Na Unidade II, dedicada ao estudo das profissões jurídicas e seus respectivos códigos de ética, os(as) alunos(as) participarão de debates temáticos em sala e serão desafiados, ao final, a resolver problemas reais por meio da metodologia de PBL (Problem-Based Learning), em grupos, com base em casos práticos e nas normas deontológicas das diferentes carreiras jurídicas. Além disso, textos serão indicados para leitura e posterior resenha. Na Unidade III, o enfoque será a análise de casos concretos e notórios que envolvam dilemas éticos nas profissões jurídicas, com vistas à construção de um olhar crítico e fundamentado. Os(as) discentes realizarão seminários dirigidos, nos quais apresentarão suas análises a partir de casos reais acerca do controle da ética pelos órgãos oficiais (CNJ, CNMP, Tribunais de Ética da OAB, entre outros). Ao longo do curso, espera-se a reciprocidade ativa dos discentes, por meio de leituras prévias, participação em discussões, produção de sínteses e resolução de atividades práticas. A disciplina valorizará a integração entre conteúdo teórico, experiências profissionais e pesquisa, promovendo a formação ética crítica e responsável dos(as) discentes.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética: geral e profissional. 16.ed. SaraivaJur. 2023.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 8.ed. Revista dos Tribunais. 2011.

MAIA, Mario Sergio Falcão. Ética no campo jurídico profissional: normas e conflitos no "mundo" do direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

Referências Bibliográficas Complementares

CARAZZA, Bruno. O país dos privilégios: os novos e velhos donos do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SANDEL, Michael J. Justiça. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:20

Componente Curricular: ACS0281 - ORÇAMENTO EMPRESARIAL (1200654)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: CODIGO ANTIGO: 1200654

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A disciplina tem por objetivo desenvolver competências prática e teórica sob orçamento empresarial, buscando despertar o interesse do aluno à pesquisa, desenvolvendo raciocínio crítico a respeito do comportamento e do desempenho das empresas sob essa premissa.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Conceitos básicos de orçamento.	10	0	
II	Orçamento de vendas. Orçamento de produção. Orçamento de despesas de distribuição e administrativas. Orçamento de Caixa. Orçamento de resultado.	15	15	
III	Controle orçamentário e revisão de dados. Demonstrações Contábeis projetadas. Aplicação Prática	10	10	

Competências e Habilidades

- Tornar o aluno apto a projetar as demonstrações contábeis da empresa.
- Compreender a utilização das projeções seja na parte gerencial ou na decisão de investimento.
- Ter capacidade inicial para calcular o valor justo da empresa.

Metodologia

Exposição teórica, exemplos práticos, resoluções de Exercícios, orientação dos trabalhos dos grupos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Frezatti, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 6.ed. rev. e atual.. Atlas. 2015. ISBN: 978-85-224-9908-3 (broch.)

Padoveze, Clovis. Luis., Orçamento Empresarial: Novos Conceitos e Técnicas, Editora Pearson. 2008. ISBN: 978-85-760-517-8.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Orçamento empresarial. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 set 2025.

Referências Bibliográficas Complementares

Hoji, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10.ed. atual.. Atlas. 2012. ISBN: 978-85-224-6890-4 (Broch.)

Moreira, José Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração. 5.ed.. Atlas. 2013. ISBN: 978-85-224-3000-0 (Broch.)

Welsch, Glenn Albert. Orçamento empresarial . 4.ed.. Atlas. 2012. ISBN: 978-85-224-1422-2 (broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf**, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:21

Componente Curricular: MSA1962 - PRÁTICA JURÍDICA EMPRESARIAL

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Direito Processual Empresarial: elementos e ações. Prática empresarial simulada. Redação e aplicação de atos constitutivos e operativos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Capacitar o discente para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos do Direito Empresarial, desenvolvendo competências técnicas e habilidades profissionais necessárias ao exercício da advocacia empresarial e à consultoria jurídica no ambiente corporativo.

1.2 Objetivos Específicos

Desenvolver a capacidade de análise e elaboração de contratos empresariais, societários e comerciais;
 Habilitar o estudante para a constituição, alteração e dissolução de sociedades empresárias;
 Capacitar para o assessoramento jurídico em operações societárias, fusões, cisões e incorporações;
 Desenvolver competências na área de compliance empresarial e governança corporativa;
 Habilitar para a elaboração de pareceres jurídicos empresariais fundamentados;
 Capacitar para a mediação e arbitragem em conflitos empresariais;
 Desenvolver habilidades de negociação e consultoria preventiva;
 Preparar para o atendimento qualificado ao cliente empresarial;
 Desenvolver a capacidade de interpretação e aplicação da legislação empresarial vigente.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Direito Processual Empresarial: elementos e ações.	10	10	
II	Prática empresarial simulada.	0	20	
III	Redação e aplicação de atos constitutivos e operativos	0	20	

Competências e Habilidades

2.1 Competências Técnicas

Domínio da Legislação Empresarial: Conhecimento aprofundado do Código Civil, Lei das S.A., Lei de Falências e Recuperação Judicial, legislação tributária empresarial e demais normas aplicáveis;
 Elaboração de Instrumentos Jurídicos: Competência para redigir contratos, estatutos, atas, termos de acordo e demais documentos empresariais;
 Análise de Riscos Jurídicos: Capacidade de identificar e avaliar riscos legais em operações empresariais;
 Assessoria Societária: Competência para orientar constituição, funcionamento e reorganização de sociedades;
 Compliance Empresarial: Conhecimento dos programas de conformidade e governança corporativa.

2.2 Competências Comportamentais

Comunicação Assertiva: Habilidade para se comunicar de forma clara e eficaz com empresários e executivos;
 Pensamento Estratégico: Capacidade de compreender o negócio do cliente e propor soluções jurídicas alinhadas aos objetivos empresariais;
 Ética Profissional: Compromisso com os princípios éticos da advocacia e confidencialidade;
 Trabalho em Equipe: Capacidade de colaborar com profissionais multidisciplinares;
 Adaptabilidade: Flexibilidade para atender às demandas dinâmicas do ambiente empresarial.

2.3 Habilidades Práticas

Redação jurídica técnica e objetiva;
Pesquisa jurídica eficiente em bases de dados especializadas;
Utilização de ferramentas tecnológicas aplicadas ao Direito;
Técnicas de negociação e mediação;
Apresentação oral de pareceres e propostas;
Gestão de prazos e processos;
Atendimento ao cliente empresarial;
Análise de demonstrações financeiras para fins jurídicos.

Metodologia

Simulações: Representação de cenários empresariais, como assembleia de acionistas, negociações contratuais e audiências de mediação;
Problem Based Learning (PBL): Resolução de problemas jurídicos complexos envolvendo múltiplas áreas do Direito Empresarial;
Aprendizagem por Projetos: Desenvolvimento de projetos práticos como constituição de empresas fictícias e elaboração de compliance programs.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Gabriel, Sergio. Prática empresarial . 4.ed.. SaraivaJur. 2023. ISBN: 978-65-5362-566-2 (Broch.)

Mamede, Gladston. Manual de redação de contratos sociais, estatutos e acordos de sócios . 7.ed. #&rev. atual. e ampl.. Atlas. 2023. ISBN: 978-65-5977-526-2 (Broch.)
YARSHELL, Flávio Luiz. Processo Societário III. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

COX, Marcelo Dourado. Deadlock provisions: resolução contratual de conflitos societários. São Paulo: Almedina, 2017.
FRANCO, João Roberto Ferreira. Manual de operações societárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
PEREIRA, Guilherme S. J. Enforcement e tutela indenizatória no direito societário e no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2018.
REIS, Edgar Vidigal de A. Startups: análise de Estruturas Societárias e de Investimento no Brasil. São Paulo: Almedina, 2018.
VIDO, Elisabete. Prática jurídica empresarial. São Paulo: Saraiva, 2020

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:22

Componente Curricular: ACS0498 - TEORIA DA CONTABILIDADE (1200636)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Princípios Fundamentais da Contabilidade; Critérios de Mensuração e Avaliação:
 Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas. Ambiente econômico da contabilidade. O processo de tomada de decisão. Evidenciação Contábil.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

O objetivo da disciplina é proporcionar aos alunos a compreensão das bases conceituais e dos pressupostos teóricos que fundamentam a Contabilidade. Busca-se desenvolver uma visão sistêmica e crítica sobre o papel da Contabilidade nas organizações e na sociedade, incentivando a análise das transformações no ambiente contábil, especialmente no contexto das normas internacionais e suas implicações práticas. Além disso, a disciplina tem como finalidade preparar o aluno para a prática contábil, oferecendo uma sólida fundamentação teórica que suporte sua atuação profissional.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	UNIDADE I: CONTEXTO GERAL DA TEORIA CONTÁBIL Introdução à Teoria da Contabilidade - Definição, objeto e função da Contabilidade. - A Contabilidade como linguagem de negócios. - Evolução histórica da Contabilidade e principais escolas do pensamento contábil. Princípios de Contabilidade e a Estrutura Conceitual - Princípios de Contabilidade e suas aplicações. - Estrutura Conceitual Básica para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. - Harmonização das normas nacionais e internacionais (CPC e IFRS). Teorias e Paradigmas Prevalentes na Contabilidade - Teorias contábeis fundamentais: Normativa, Positiva e Crítica. - Evolução dos paradigmas contábeis e sua influência na prática. - Teorias econômicas e organizacionais aplicadas à Contabilidade: Teoria dos Contratos, Teoria de Agência, Teoria dos Prospectos, Teoria da Sinalização, Teoria da Divulgação (Disclosure), Teoria dos Stakeholders, Teoria Institucional, Teoria Semiótica.	15	5	
II	UNIDADE II: RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E RELATÓRIOS CONTÁBEIS - Ativo: critérios de reconhecimento e mensuração. - Passivo e Patrimônio Líquido: definição e mensuração. - Receitas e Ganhos: reconhecimento e mensuração. - Despesas e Perdas: conceitos e métodos de reconhecimento. - Regime de Competência e Conteúdo Informacional dos Accruals - Gerenciamento de Resultados (Earnings Management): práticas e impactos.	15	10	
III	UNIDADE III: EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E MERCADO	10	5	

	- Evidenciação Contábil: Aspectos conceituais da divulgação das informações contábeis; Importância da transparência e qualidade da informação contábil. - Forma e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Manipulação de Informações Contábeis: Impactos éticos e legais da manipulação de informações, Estudos de casos sobre fraudes contábeis.			
--	--	--	--	--

Competências e Habilidades

COMPETÊNCIAS:

- Utilização da terminologia e linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais.
- Visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil.
- Capacidade crítico-analítica para avaliar informações contábeis e suas implicações organizacionais.
- Domínio das funções contábeis e sua aplicação nos diferentes modelos organizacionais.
- Exercício ético e responsável da profissão contábil.

HABILIDADES:

- Aplicação adequada dos pressupostos e normas contábeis
- Avaliação crítica de demonstrações contábeis e relatórios financeiros.
- Análise de dados contábeis para apoio à tomada de decisão.
- Elaboração de pareceres e relatórios contábeis.

Metodologia

Aulas Expositivas: Abordagem teórica com participação ativa dos alunos.

Estudos de Caso: Aplicação prática dos conceitos em cenários reais.

Seminários e Debates: Discussão de temas contemporâneos e polêmicos na Contabilidade.

Trabalhos em Grupo: Desenvolvimento de projetos práticos, promovendo a interdisciplinaridade.

Laboratório Contábil: Utilização da linguagem R para simulações práticas e análise de dados contábeis.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo : Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 12th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597028041. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028041/>.

NIYAMA, Jorge K. Teoria da Contabilidade. 4th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.3. ISBN 9788597027792. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027792/>.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, KKN de; FRANÇA, RD de. Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: Uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais. Editora UFPB, 2021.

BRASIL. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em: www.cpc.org.br.

CFC. Normal Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos.; IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

SALOTTI, Bruno M.; LIMA, Gerlando A. S. F de; MURCIA, Fernando D.; et al. Contabilidade Financeira. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.1. ISBN 9788597022476. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022476/>.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:42

Componente Curricular: CCT1840 - DIDÁTICA

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Perspectiva histórica do desenvolvimento da Didática. Tendências pedagógicas e estrutura social brasileira. Fundamentação teórico-metodológica e sistematização da prática docente. Análise da organização do ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender os conceitos basilares da Didática, em sua relação com os elementos do processo de ensino e aprendizagem para ser capaz de reconhecer teoricamente e aplicar tais os conhecimentos didáticos na área de Ciências da Natureza, especificamente em Física.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Conceituação básica sobre a Didática como uma área da Pedagogia. O objeto de estudo da Didática. O processo de ensino na escola. História do desenvolvimento da Didática.	20	0	
II	A Didática e a democratização do ensino. A Didática e as tendências pedagógicas. Elementos da Didática: objetivos, métodos, a aula, a avaliação escolar e o planejamento.	20	0	
III	Debates contemporâneos em torno da Didática. A didática no ensino de Ciências da Natureza. Elementos de Didática da Física.	20	0	

Competências e Habilidades

Compreender a função social e científica da Didática como uma área da Pedagogia.
 Dominar teórica e praticamente os elementos constitutivos do processo de ensinar, em sua relação com a aprendizagem.
 Conhecer os debates contemporâneos em torno da Didática, refletindo sobre os desafios do processo de ensino e aprendizagem.
 Relacionar a Didática às principais tendências pedagógicas.
 Reconhecer a aplicabilidade dos conhecimentos didáticos para a área de Ciências Naturais, especificamente de Física.

Metodologia

Metodologias de ensino variadas, como aulas expositivas e dialogadas, discussão de texto, rodas de conversa, exibição e debate de filmes, além de atividades que favorecem o caráter ativo da aprendizagem, como elaboração de mapas mentais, fichamentos, resumos, seminários e outros, por parte dos alunos. A avaliação da aprendizagem também será variada, podendo ocorrer por meio de avaliação escrita, trabalhos orais ou escritos, individuais ou coletivos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CANDAU, Vera Maria. Didática: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez. 2012. ISBN: 978-85-249-0298-7 (broch.)

LOPES, Osima Antônia et al. Repensando a didática . 29. ed.. Papyrus. 2012. ISBN: 978-85-308-0153-3 (Broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 24. ed.. Papyrus. 2012. ISBN: 978-85-308-0081-9 (broch.).

Imbernón, Francisco. Formação docente e profissional formar-se para a mudança e incerteza. 9. ed.. Cortez. 2011. ISBN: 978-85-249-1630-4 (broch.).

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente. Cortez. 2013. ISBN: 978-85-249-1594-9 (Broch.)

LUCKESI, Cipriano Carlos. avaliação da aprendizagem escolar estudos e preposições. Cortez Editora. 2011. ISBN: 978-85-249-1744-8 (broch.).

NARDI, R; CASTIBLANCO, O. Didática da física. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf**, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:15

Componente Curricular: CCT1836 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro em âmbito nacional, estadual e municipal. Sistemas de avaliação da Educação Básica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Plano Nacional de Educação Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender a estrutura, o funcionamento e a avaliação do Sistema Educacional Brasileiro, fundamentado na legislação educacional vigente e em sua história.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Conceituação básica sobre estrutura, organização, sistemas e redes de ensino. História do desenvolvimento da educação brasileira. A garantia do direito à educação. A educação nas Constituições Brasileiras.	20	0	
II	Organização e funcionamento dos sistemas de ensino no Brasil: federal, estaduais, distrital e municipais. Órgãos, competências e responsabilidades da educação escolar no âmbito da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com a legislação atual. Legislação educacional nacional e o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.	20	0	
III	Base Nacional Comum Curricular. Avaliação Educacional: avaliações externas das redes e dos sistemas de ensino e a avaliação da aprendizagem. Financiamento da educação. Formação e valorização dos profissionais do magistério.	20	0	

Competências e Habilidades

Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.
 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.

Metodologia

Metodologias de ensino variadas, como aulas expositivas e dialogadas, discussão de texto, rodas de conversa, exibição e debate de filmes, além de atividades que favorecem o caráter ativo da aprendizagem, como elaboração de mapas mentais, fichamentos, resumos, seminários e outros, por parte dos alunos. A avaliação da aprendizagem também será variada, podendo ocorrer por meio de avaliação escrita, trabalhos orais ou escritos, individuais ou coletivos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. INEP. Manual do SEB: Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE). Brasília: Inep, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/seb/2019/documentos/manual_seb.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

Referências Bibliográficas Complementares

Libâneo, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10.ed. rev. e ampl.. Cortez. 2012. ISBN: 978-85-249-1860-5 (Broch.)

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sílvia Simões (Orgs.).

Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. Plano estadual de educação (2015-2024). Natal, 2015.

Disponível em:

[file:///C:/Users/Simone/Downloads/Plano%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o\(PEE\).pdf](file:///C:/Users/Simone/Downloads/Plano%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o(PEE).pdf).

Acesso em: 10 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O vigésimo ano da LDB: as 39 leis que a modificaram. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 379-392, jun/dez, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v10i19.717>. Acesso em: 9 ago. 2021.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:16

Componente Curricular: CCT1860 - FÍSICA EXPERIMENTAL IV

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Práticas experimentais relacionadas às ementas dos componentes curriculares Óptica, Introdução a Mecânica Quântica e Introdução à Teoria da Relatividade Restrita.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Dominar as técnicas de manuseio dos equipamentos de medição e saber seus potenciais e limitações em função da condição ou propósito da medida;
2. Utilizar os conceitos sobre aquisição e tratamento de dados obtidos experimentalmente, com ênfase nos problemas de precisão dos instrumentos, incertezas e desvios das medidas;
3. Estar apto a realizar experimentos e explorar os resultados obtidos, extraindo relações funcionais entre as variáveis;
4. Redigir um relatório científico, cuidando dos aspectos de forma e da linguagem científica, bem como estar apto a analisar resultados e prover conclusões;
5. Dominar os principais conceitos e leis físicas sobre difração, polarização, óptica geométrica, comprimento de onda e interferência da luz, demonstrados através de experimentos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	DIFRAÇÃO DA LUZ POR ORIFÍCIOS E FENDAS; A MEDIDA DO COMPRIMENTO DE ONDA DE UM LASER, COM BARRAMENTO LINEAR; A POLARIZAÇÃO DE UM LASER.	0	10	
II	A ÓPTICA GEOMÉTRICA E SUAS LIMITAÇÕES, A REFLEXÃO NO ESPELHO PLANO; OS PRINCIPAIS ELEMENTOS GEOMÉTRICOS DOS ESPELHOS ESFÉRICOS CÔNCAVO E CONVEXO E SEUS RAIOS PRINCIPAIS; A REFRAÇÃO E SUAS LEIS, OS DIÓPTROS.	0	10	
III	A MEDIDA DO COMPRIMENTO DE ONDA DAS FAIXAS ESPECTRAIS DA LUZ, INTERFERÊNCIAS; A MEDIDA DO COMPRIMENTO DE ONDA DAS RAIAS ESPECTRAIS DO SÓDIO, HIDROGÊNIO, HÉLIO, MERCÚRIO, NITROGÊNIO E OXIGÊNIO UTILIZANDO BARRAMENTO E SAPATAS ALTAS.	0	10	

Competências e Habilidades

O discente deve ser capaz de: identificar e diferenciar os principais tipos de fenômenos ondulatórios que a luz (e outras ondas) podem apresentar; compreender de forma empírica a ciência que há na óptica geométrica; montar e alinhar sistemas ópticos básicos, como o uso de lasers, fendas, orifícios e barramentos lineares; aplicar as leis fundamentais da óptica.

Metodologia

A disciplina de Física Experimental IV é oferecida aos alunos do sexto semestre da Licenciatura em Física. O objetivo é a aplicação prática dos fundamentos teóricos da Óptica, abordando temas como propagação da luz, reflexão, refração, espelhos (planos e esféricos), interferência e difração. O curso visa solidificar os conceitos de Física Básica e Moderna, utilizando os conhecimentos adquiridos em disciplinas como Mecânica Clássica I e II, Óptica, Cálculo I e II, e Geometria Analítica. As aulas serão ministradas no Laboratório de Física Moderna, localizado no Bloco de Laboratórios I. Em cada

aula, os estudantes realizarão experimentos para compreender os conceitos físicos. O conteúdo da disciplina busca proporcionar ao aluno um maior entendimento da Física, mostrando as diversas possibilidades de atuação e aplicação da área.

Recursos Didáticos

- Laboratório específico;
- Aula Prática e presencial;
- Bancada com no máximo 5 (cinco) integrantes;
- Roteiros previamente elaborados;
- Utilização de Instrumentos de medidas: trenas, termômetros, cronômetros, sensores, etc.

Recursos Materiais

- Projetor tipo Datashow;
- Quadro e pincel;
- Instrumentos e vidrarias específicos de cada prática.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Halliday, David. Fundamentos de física: óptica e física moderna. 8.ed. LTC. 2010. ISBN: 978-85-216-1608-5 (broch.)

Young, Hugh D.. Física IV: ótica e física moderna. 12.ed.. Addison Wesley. 2009. ISBN: 978-85-88639-35-5 (broch.)

Tipler, Paul Allen. Física Moderna . 5. ed.. LTC. 2012. ISBN: 978-85-216-1768-6 (broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

CAMPOS, Agostinho Aurélio Garcia; ALVES, Elmo Salomão; SPEZIALI, Nivaldo Lúcio. Física experimental básica na universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PERUZO, Jucimar. Experimentos de física básica: eletromagnetismo, física moderna e ciências espaciais. São Paulo: Livraria da Física, 2013.

SANTORO, Alberto et al. Estimativas e erros em experimentos de física. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica: ótica, relatividade e física quântica. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2015. v. 4.

GAZZINELLI, Ramayana. Teoria da relatividade especial. São Paulo: Editora Blucher, 2019.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:17

Componente Curricular: CCT1837 - LIBRAS

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Conceitos básicos da Libras. Relação Libras/Português. Status da língua de Sinais

Ementa: no Brasil. O trabalho com a língua sinalizada. Atividade prática: prática da Libras: os cinco parâmetros, alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocabulários, sinais de nome. Ensino para surdos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Conhecer a comunidade, cultura, identidade e associação de surdos;
- Saber a legislação sobre os Direitos Linguísticos dos Surdos;
- Refletir sobre a prática docente e o ensino para surdos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 • História dos Povos Surdos; • Libras: o que é? • Status da língua de Sinais no Brasil • Cultura, Comunidade, Associação de Surdos e Identidade Surda • Criação do sinal/ batismo na comunidade surda. • Legislação sobre os Direitos Linguísticos dos Surdos. • Saudações em Libras; • Alfabeto; • Datilologia; • Números;	10	10	
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 • Parâmetros da Libras. • Dias da semana; • Calendário. • Verbos em Libras; • Cores; • Frutas; • Animais. • Espaços escolares; • Disciplinas; • Materiais escolares.	10	10	
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 • Emoções e sentimentos em Libras; • Vocabulário em Libras dos termos da Física; • Ensino para surdos; • Materiais didáticos para o ensino de Física para alunos Surdos.	10	10	

Competências e Habilidades

- Aprender Libras para se comunicar com a comunidade surda;
- Relacionar Libras e Física numa perspectiva interdisciplinar;
- Criar recursos didáticos Libras para ensinar Física aos alunos surdos.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Filmes;
- Vídeos;
- Debates;
- Rodas de conversas;
- Oficina de criação de recursos didáticos de Libras para o ensino de Física aos alunos surdos;
- Libras em contexto com a vida do aluno e com a disciplina de Física/ Situações- problema (prática).

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FELIPE, Tanya A. Libras em contexto. 7. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRITO, L. F. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.
(Libras) baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: Editora EDUSP, 2013. v. 1, 2.
DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 27-40. v. 1.
GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
HONORA, M; FRIZANCO, M.L.E. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação pelas pessoas usada elas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. v. I, II, III.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:19

Componente Curricular: CCT1823 - MATEMÁTICA BÁSICA

Carga Horária: 90 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Números reais. Frações. Potenciação. Expressões algébricas. Equações do primeiro grau. Equações do segundo grau. Sistema de equações lineares. Logaritmos. Funções. Trigonometria. Noções de limite.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar uma revisão dos conceitos de aritmética básica, cálculo com expressões algébricas, equações, funções e noções de limite.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1. Conjuntos Numéricos; 2. Álgebra: • Radiciação e potenciação; • Polinômios e fatoração; • Expressões fracionárias; • Equações e inequações; • Sistema de equações lineares.	30	0	
II	3. Funções: • Funções e suas propriedades; • Funções do primeiro e do segundo graus; • Funções potência; • Funções polinomiais; • Funções exponenciais; • Funções logarítmicas; • Funções compostas; • Funções inversas.	30	0	
III	4. Introdução ao cálculo: • Noções de trigonometria e funções trigonométricas; • Limites.	30	0	

Competências e Habilidades

Ao final do curso, o discente será capaz de:

- Compreender conceitos básicos da álgebra;
- Analisar diferentes tipos de funções, como lineares, quadráticas, polinomiais, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas;
- Entender os conceitos fundamentais de limites e realizar cálculos de limites.

Metodologia

Aulas expositivas utilizando os diversos recursos disponíveis na instituição: Projetor, Quadro branco, Marcadores e Apagadores.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- AXLER, S. Pré-Cálculo: uma preparação para o cálculo. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2011.
- SILVA, S. M; SILVA, E. M; SILVA, E. M. Matemática básica para cursos superiores. 2. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

- IEZZI, G; MURAKAMI, Carlos. Machado, Nilson José. Fundamentos de matemática elementar 8: limites, derivadas, noções de integral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- IEZZI, G. DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 2: logaritmos. 9. ed. São Paulo: Atual, 2010.
- IEZZI, G; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 3: trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2011.
- LIMA, E.L; MORGADO A.C; WAGNER, E.A. Matemática do ensino médio. 9. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:20

Componente Curricular: CCT1839 - MECÂNICA CLÁSSICA I

Carga Horária: 90 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa:

Grandezas Físicas e Sistemas de Unidades. Cinemática da Partícula. Vetores. Movimentos em Duas e Três Dimensões. Dinâmica da Partícula. As Leis de Newton. Trabalho e Energia. Conservação da Energia. Conservação do Momentum Linear. Centro de Massa. Colisões. Rotação e Torque. Conservação do Momento Angular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Desenvolver habilidades para entender e solucionar problemas de mecânica em física.
- Compreender e aplicar os conceitos teóricos para uma análise de situações práticas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1 Unidades, grandezas físicas - Medindo grandezas; - O Sistema Internacional de Unidades; - Mudança de unidades; - Comprimento, tempo e massa. 2 Movimento retilíneo - Posição e deslocamento; - Velocidade Média e velocidade instantânea; - Aceleração; - Queda livre. 3 Vetores - Vetores e escalares; - Soma geométrica de vetores; - Componentes de vetores; - Vetores unitários; - Multiplicação de vetores. 4 Movimento em duas ou três dimensões - Posição, velocidade e aceleração; - Movimento de projéteis; - Movimento circular uniforme; - Movimento relativo. 5 Leis de Newton - A mecânica newtoniana; - As leis de Newton.	30	0	
II	6 Aplicações das leis de Newton - Algumas forças especiais; - Movimento circular uniforme. 7 Trabalho e energia cinética - Energia cinética; - Trabalho; - Trabalho realizados por forças; - Potência. 8 Energia potencial e conservação da energia - Trabalho e energia potencial; - Independência da trajetória para o trabalho de forças conservativas; - Conservação da energia mecânica;	30	0	

	- Trabalho realizado por uma força externa sobre um sistema; - Conservação da energia.			
III	9 Centro de massa e Momento linear - O centro de massa; - O momento linear; - Colisão e impulso; - Conservação do momento linear; - Colisões elástica e inelástica; - Sistemas com massa variável. 10 Rotação de corpos rígidos - Posição, deslocamento, velocidade e aceleração angular; - Energia cinética de rotação; - Momento de inércia; - Torque; - Trabalho e energia cinética de rotação. 11 Rolamento, Torque e Momento Angular - Rolamento; - Energia cinética de rolamento; - Forças do rolamento; - Momento angular; - Conservação do momento angular.	30	0	

Competências e Habilidades

A disciplina de Mecânica Clássica I, oferecida aos alunos do segundo semestre da Licenciatura em Física é, em um primeiro momento, a introdução dos fundamentos teóricos da mecânica newtoniana. Em seguida, ela permite a abertura de um leque de possibilidades de estudo para abordar a Física em variadas situações (Mecânica Clássica II, Eletricidade e Magnetismo, Termodinâmica, Óptica, etc). Ela visa apresentar aos alunos a Física Básica, utilizando os conhecimentos matemáticos adquiridos nas disciplinas de Introdução à Física, Matemática Básica, Cálculo I e Geometria Analítica. O conteúdo desta disciplina almeja proporcionar ao aluno um maior entendimento da Física. Fazendo com que ele perceba que a Física tem diversas possibilidades de atuação.

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Estudos individuais e/ou em grupos;
- Utilização de simulações computacionais;
- Utilização de mídias, como aplicativos para celular e notebook;
- Resolução de exercícios;
- Realização de experimentos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

HALLIDAY, D; RESNICK, R; WALKER, J. Fundamentos de Física: mecânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 1.

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica: mecânica. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2013. v. 1.

TIPLER, P. Física para cientistas e engenheiros 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 1.

Referências Bibliográficas Complementares

ALONSO, M; FINN, E. J. Física: um curso universitário: mecânica. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2014. v. 1, 2.

CHABAY, R.W; SHERWOOD, B. A. Física básica: matéria e interações - mecânica moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. v. 1.

SERWAY, R.A; JEWETT JR, J. W. Princípios de Física. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. v. 1.

TELLES, D. D; MONGELLI NETTO, J. Física com aplicação tecnológica: mecânica. São Paulo: Blucher, 2011. v. 1.

YOUNG, H. D; FREEDMAN, R. A. Física I: mecânica. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:21

Componente Curricular: CCT1838 - PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE FÍSICA

Carga Horária: 105 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Estudo exploratório da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), analisando-a e confrontando-a com os documentos regimentais da Secretaria Estadual de Educação presentes na escola. Aprendizagem sobre produção, registro e compilação de portfólio. Análise das 10 competências gerais da educação básica. Competências e habilidade de Ciências Naturais e suas Tecnologias (habilidades específicas de Física), assim como a observação dessa implantação na escola.

Ementa: Analisar e entender diferentes contextos escolares e não escolares de cada tipo de ensino (Presencial, Técnico profissionalizante, Ensino a Distância (EaD), Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Fundamental e Médio), assim como a estrutura de funcionamento de cada um deles e discutir a atuação docente na educação básica e seu papel social. O desenvolvimento deste componente, proporcionará uma primeira familiarização com a atividade docente e deverá ocorrer nas instituições que tiverem os tipos de ensino analisados visando unir a teoria do componente Estrutura e Funcionamento da Educação Básica e a prática desenvolvida.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Conhecer a legislação educacional brasileira fundamental, bem como a legislação estadual de educação;
- Conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- Estudar os documentos curriculares em vigência no Brasil e no Rio Grande do Norte: a Base Nacional Curricular e os Referenciais Curriculares estaduais pertinentes à área de atuação do licenciado em Física;
- Problematicar as elaborações curriculares, tendo em vista o confronto com as políticas educacionais e a crítica histórico-social da educação nacional e estadual;
- Analisar as 10 competências gerais da educação básica;
- Saber as competências e habilidades da área de Ciências Naturais e suas Tecnologias (habilidades específicas de Física);
- Compreender os diferentes contextos educacionais, escolares e não escolares, nas diversas modalidades de ensino.
- Conhecer in loco a estrutura e o funcionamento de uma instituição escolar da educação básica, na área de atuação do licenciando em Física.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	• Os conceitos de ciência, pseudociência e ensino de ciências na Educação Básica; • Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; • Legislação educacional do Rio Grande do Norte: Plano Estadual de educação - Lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016; • Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com foco na área de Ciências Naturais e suas Tecnologias (habilidades específicas de física);	20	15	
II	- Referenciais curriculares estaduais da área de atuação do licenciando em Física; • A escola e seu funcionamento;	15	20	
III	• Projeto Político Pedagógico escolar – estudo teórico e análise prática; • Os livros didáticos para o ensino de ciências e de física para o ensino	15	20	

fundamental e médio, respectivamente.			
---------------------------------------	--	--	--

Competências e Habilidades

- Relacionar a teoria com a prática nas instituições escolares;
- Iniciar o processo de formação da identidade docente como professor de física;
- Tornar-se um professor de física crítico, reflexivo e conectado com a realidade atual;
- Relacionar os conteúdos abordados e vivências com o componente curricular de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.

Metodologia

Metodologias de ensino variadas, como aulas expositivas e dialogadas, discussão de texto, rodas de conversa, exibição e debate de filmes, além de atividades que favorecem o caráter ativo da aprendizagem, como elaboração de mapas mentais, fichamentos, resumos, seminários e outros, por parte dos alunos. A avaliação da aprendizagem também será variada, podendo ocorrer por meio de avaliação escrita, trabalhos orais ou escritos, individuais ou coletivos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANDRÉ, M. (org.). Práticas inovadoras na formação de professores. Campinas: Papirus, 2016.
CANÁRIO, R. A escola tem futuro?: das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.
LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005.
SAMPAIO, Carmen Sanches; PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Nós e a escola: sujeitos, saberes e fazeres cotidianos. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 11/12/2025

Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do DCT de 2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:44

Componente Curricular: AAS0452 - EDUCACAO ESPECIAL E INCLUSAO (1206025)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Fundamentos teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva. Valorização das diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação para todos. Concepções sobre o Atendimento Educacional Especializado; AEE. Políticas públicas para Educação Inclusiva; Legislação Brasileira: o contexto histórico e atual. Acessibilidade à escola e ao currículo com sucesso. Tecnologia Assistiva. Avaliação. O papel do profissional na promoção dos direitos de todos/as e a garantia de inclusão educacional e social dos grupos vulneráveis. (Ementa modificada em relação ao PPC de 2010)

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivo geral

- Desenvolver a capacidade crítico-reflexivo dos acadêmicos, através do conhecimento e da visão história e atual do atendimento escolar e dos aspectos legais relacionados as pessoas com deficiência.

Objetivos específicos

- Conhecer a história da educação especial e as políticas públicas de inclusão;
- Compreender o processo de inclusão, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Identificar os diferentes tipos de deficiências;
- Analisar experiências em educação especial, considerando seus respectivos contextos, as premissas pedagógicas, o currículo, o sistema de avaliação, o fracasso escolar e a inclusão.
- Vivenciar práticas de educação inclusiva

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1-Contexto histórico e políticas públicas de educação especial: 1.1 História da educação especial; 1.2 Políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação especial; 1.3 Formação de professores para educação especial; 1.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE);	20	0	
II	2. Conhecimentos sobre as deficiências 2.1 Mental; 2.2 Física; 2.3 Deficiência auditiva; 2.4 Deficiência visual.	20	0	
III	3. Aspectos relacionados a educação inclusiva 3.1 Currículo inclusivo; 3.2 Práticas educacionais inclusivas; 3.3 Avaliação; 3.4 Fracasso escolar	16	4	

Competências e Habilidades

Competencias e habilidades

Metodologia

O componente curricular será oportunizada situações de leitura e sistematização de ideias, discussão interativa, filme, música, estudos em grupos e apresentação prática. Nos créditos práticos se solicitará a participação do/a discente em observações da prática docente e uma postura reflexiva (relação teoria/prática).

Referências Bibliográficas Obrigatórias

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Ciranda da Inclusão: esclarecendo as deficiências. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia pra educadores. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – Decreto Legislativo nº 186/2008 – Decreto nº 6.949/2009. 4ª ed. Brasília: 2012.
_____. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.
BRASIL. Decreto nº 5296. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.
GOMES, Robéria Vieira Barreto; FIGUEIREDO, Rita Vieira de; SILVEIRA, Selene Maria Penaforte; CAMARGO, Ana Maria Faccioli de (Orgs.). Políticas de Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.
MAZZOTA, Marcos José Silveira. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU, 1993. (Temas básicos de educação e ensino).

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 16/03/2026

Declaramos, para os devidos fins, que os Programas de Componentes Curriculares (PGCC) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) foram aprovados em 1ª Assembleia Departamental, realizada no dia 13 de março de 2026. A aprovação ocorreu após apreciação e discussão pelos membros presentes, conforme registro em ata da referida reunião.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/03/2026 16:46

Componente Curricular: AEX0713 - ESTAGIO SUPERVISIONADO I

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: -

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 1

Objetivos

A atividade busca a complementação do ensino e da aprendizagem em conformidade com o conteúdo dos componentes curriculares. Ele tem o propósito de qualificar uma experiência já em andamento, bem como apoiar um processo de iniciação na profissão. Também procura capacitar o aluno na identificação de problemas e na proposição fundamentada de soluções dentro do contexto das instituições.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Acompanhamento das atividades discentes no campo de estágio.	0	40	
II	Proposição de ação e/ou instrumento com uso de ferramentas computacionais para o aperfeiçoamento da atividade discente.	0	40	
III	Aplicação e avaliação da ação proposta anteriormente.	0	40	

Competências e Habilidades

Permite ao aluno um melhor entendimento da atuação profissional, inserindo-o em situações práticas de ordem técnica, científica e sócio-cultural, permitindo a integração da aprendizagem teórica com o contexto profissional.

Metodologia

É uma atividade educativa escolar supervisionado, desenvolvida no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Bagno, Marcos. Pesquisa na escola o que é, como se faz. 25.ed.. Loyola. 2012. ISBN: 978-85-15-01841-3(broch.).

Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.ed.. Atlas. 2010. ISBN: 978-85-224-5823-3

. Metodologia da pesquisa educacional . 12.ed.. Cortez. 2010. ISBN: 978-85-249-1638-0(broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

Brandão, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante . 8.ed.. Brasiliense. 1990. ISBN: 85-11-07004-4 (Broch.)

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6.ed.. Atlas. 2009. ISBN: 978-85-224-5142-5 (broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 16/03/2026

Declaramos, para os devidos fins, que os Programas de Componentes Curriculares (PGCC) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) foram aprovados em 1ª Assembleia Departamental, realizada no dia 13 de março de 2026. A aprovação ocorreu após apreciação e discussão pelos membros presentes, conforme registro em ata da referida reunião.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf**, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:14

Componente Curricular: AEX0714 - ESTAGIO SUPERVISIONADO II

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: -

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A atividade busca a continuidade da complementação do ensino e da aprendizagem em conformidade com o conteúdo dos componentes curriculares. Ele tem o propósito de qualificar uma experiência já em andamento, bem como apoiar um processo de iniciação na profissão. Também procura capacitar o aluno na identificação de problemas e na proposição fundamentada de soluções dentro do contexto das instituições.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Acompanhamento das atividades discentes e/ou técnica no campo de estágio.	0	40	
II	Proposição de ação e/ou instrumento com uso de ferramentas computacionais para o aperfeiçoamento da atividade discente.	0	40	
III	Aplicação e avaliação da ação proposta anteriormente.	0	40	

Competências e Habilidades

Permite ao aluno um melhor entendimento da atuação profissional, inserindo-o em situações práticas de ordem técnica, científica e sócio-cultural, permitindo a integração da aprendizagem teórica com o contexto profissional.

Metodologia

É uma atividade educativa escolar supervisionado, desenvolvida no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Bagno, Marcos. Pesquisa na escola o que é, como se faz. 25.ed.. Loyola. 2012. ISBN: 978-85-15-01841-3(broch.).

Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.ed.. Atlas. 2010. ISBN: 978-85-224-5823-3

. Metodologia da pesquisa educacional . 12.ed.. Cortez. 2010. ISBN: 978-85-249-1638-0(broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

Brandão, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante . 8.ed.. Brasiliense. 1990. ISBN: 85-11-07004-4 (Broch.)

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6.ed.. Atlas. 2009. ISBN: 978-85-224-5142-5 (broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 16/03/2026

Declaramos, para os devidos fins, que os Programas de Componentes Curriculares (PGCC) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) foram aprovados em 1ª Assembleia Departamental, realizada no dia 13 de março de 2026. A aprovação ocorreu após apreciação e discussão pelos membros presentes, conforme registro em ata da referida reunião.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:19

Componente Curricular: AAS0700 - LIBRAS (1200585)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ANGICOS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: #NOME?

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivo geral

- Contribuir para a formação de discente críticos e produtores de conhecimentos sobre o sujeito surdo e o sistema linguístico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), enquanto língua oficial dos surdos, para mediar o desenvolvimento da linguagem do Surdo, numa perspectiva da abordagem sócio educacional de valorização e disseminação para o desenvolvimento de políticas, culturas e práticas inclusivas.

Objetivos específicos

- Conhecer os elementos sócio, históricos e estruturais da constituição do sujeito surdo, sua cultura e suas identidades.
- Compreender a diversidade de políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação para surdos.
- Compreender as especificidades dos aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e conhecer o Bilinguismo - Abordagem Educacional para o ensino do surdo, o qual concebe a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como língua materna e a Língua Portuguesa (modalidade escrita) como segunda língua;
- Desenvolver diálogos e tradução de pequenos textos escritos da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais;
- Analisar experiências em educação para surdos, considerando seus respectivos contextos, as premissas pedagógicas, o currículo, o sistema de avaliação, o fracasso escolar e a inclusão.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1.Elementos sócio históricos e estruturais da constituição do sujeito surdo, sua cultura e identidades surdas: 1.1 História da educação dos surdos; 1.2 Constituição do sujeito surdo, sua cultura e sua identidade; 1.3 Políticas públicas, princípios, leis e concepções de educação para surdos;	20	0	
II	2. Introdução a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. 2.1 Datilologia da língua de sinais, utilizando o alfabeto manual; 2.2 Numerais cardinais e ordinais, saudações e calendário da língua de sinais; 2.3 Cores, parentes, objetos de casa e escolares; 2.4 Alimentos.	0	20	
III	3. Aspectos Gramaticais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): 3.1 Parâmetros da língua de sinais; 3.2 Pronomes; 3.3 Adjetivos; 3.4 Verbos.	4	16	

Competências e Habilidades

Competencias e habilidades

Metodologia

Metodologia

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myr na. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 7. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional Básico, 2000. V.1.
. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, 2000. V.2 Intermediário.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Decreto 5626/2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm, Acesso em: 25 jun. 2023.

HONORA, Márcia. Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: concepções e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo. São Paulo: Cortez, 2014.
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editor a Artmed, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 16/03/2026

Declaramos, para os devidos fins, que os Programas de Componentes Curriculares (PGCC) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) foram aprovados em 1ª Assembleia Departamental, realizada no dia 13 de março de 2026. A aprovação ocorreu após apreciação e discussão pelos membros presentes, conforme registro em ata da referida reunião.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 24/03/2026 11:22

Componente Curricular: MAF2720 - TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa:

Aplicação de defensivos agrícolas. Estudo das populações e do espectro de gotas. Pontas de pulverização. Modelagem matemática da distribuição de gotas. Eficiência dos tratamentos fitossanitários. Equipamentos para aplicação de defensivos. Dimensionamento de pulverizadores. Aplicação aérea de defensivos. Manutenção e regulagem de equipamentos usados na aplicação de defensivos agrícolas. Segurança na aplicação de defensivos. Agricultura de precisão e a aplicação de defensivos agrícolas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Capacitar o aluno a compreender e a aplicar os princípios e técnicas para uma aplicação de defensivos agrícolas eficiente e segura. A disciplina fornece conhecimentos sobre os componentes dos pulverizadores, a dinâmica da pulverização, a correta seleção de pontas, a influência das condições ambientais, as características das formulações e o preparo da calda. Também aborda procedimentos essenciais de regulagem e calibração e limpeza de pulverizadores.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	- Introdução a tecnologia de aplicação. Cenário atual para o uso de pesticidas no mundo e no Brasil. Conceitos iniciais sobre pulverização e aplicação de pesticidas. - Condições climáticas e a aplicação de pesticidas: Avaliando as condições para aplicação de defensivos. - Saúde e segurança do trabalhador – Legislação - Cuidados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e descarte de embalagens.	10	10	
II	- Tipos de pulverizadores usados na agricultura. Componentes internos de um pulverizador hidráulico. Abordagem sobre pulverizadores pneumáticos e hidropneumáticos. - Espectro de gotas e pontas de pulverização (componentes internos de uma ponta de pulverização), escolha correta da ponta de pulverização. - Calibração e regulagem de pulverizadores: uniformidade de distribuição, avaliação das pontas de pulverização de um pulverizador hidráulico. - Inspeção periódica de pulverizadores (IPP). Limpeza e descontaminação de Pulverizadores.	10	10	
III	- Qualidade da água para o preparo de calda. Formulações e propriedades físicas e químicas dos pesticidas. - Tipos de Adjuvantes. Preparo de calda. Ordem de mistura. Teste da garrafa. - Aplicação aérea de pesticidas. Técnicas de avaliação da qualidade de aplicação de pesticidas. Avioes, helicópteros e drones pulverizadores. Pontas hidráulicas e Atomizadores usados na aplicação aérea. - Introdução a agricultura de precisão. Agricultura 4.0, 5.0, 6.0. Emprego da eletrônica na tecnologia de aplicação aérea.	10	10	

Competências e Habilidades

Capacitar o aluno para que, ao final da disciplina, ele seja um profissional que atuará como um agente de transformação, promovendo a aplicação racional de defensivos agrícolas, além de tornarem-se ferramentas decisivas para a eficiência produtiva, a segurança alimentar, a redução de impactos ambientais e a sustentabilidade da agricultura.

Metodologia

Técnicas:

- Aulas expositivas em sala de aula;
- Aulas práticas em campo;
- Aulas práticas em Laboratório;
- Práticas de Calibração de pulverizadores hidráulicos
- Excursões técnicas para prática da aprendizagem

Recursos didáticos:

- Quadro branco
- Datashow

Instrumento de avaliação:

- Prova escrita
- Relatórios de viagem de campo
- Apresentação de seminário

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- 1- ANTUNIASI, Ulisses Rocha; BOLLER, Walter. Tecnologia de aplicação para culturas anuais. Passo Fundo-RS: Editora Aldeia Norte-FEPAF, 2011. 279 p.
- 2- AZEVEDO, Luis Antônio Siqueira. Adjuvantes agrícolas para a proteção de plantas. Rio de Janeiro-RJ: IMOS Gráfica e Editora, 2011, 236 p.
- 3- MINGUELA, Jesús Vázquez; CUNHA, João Paulo A. Rodrigues. Manual de aplicação de produtos fitossanitários. Viçosa, MG: Editora Aprenda Fácil, 2010. 588 p.

Referências Bibliográficas Complementares

- 1- CHAIM, Aldemir. Manual de tecnologia de aplicação de agrotóxicos. Embrapa, 2009. 76 p.
- 2- SILVA, A. A. da; VARGAS, L.; FERREIRA, E.; A. Tecnologia de aplicação de herbicidas. In.: SILVA, A. A. da; SILVA, J. F. E. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa, MG: UFV, 2007. 367 p.
- 3- TEIXEIRA, M. M.; RUAS, R. A. A.; GOIS, J. M.. Operação e manutenção do pulverizador costal motorizado. Brasília: LK, 2006. v. 4, 156 p.
- 4- ANTUNIASI, Ulisses Rocha; CARVALHO, Fernando Kassis; MOTA, Alisson Augusto Barbieri; CHECHETTO, Rodolfo Glauber. Entendendo a Tecnologia de Aplicação. 2. ed. revisada e ampliada. Botucatu, SP: FEPAF (Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais), 2021.
- 5 CARVALHO, Fernando Kassis; BARBIERI MOTA, Alisson Augusto; CHECHETTO, Rodolfo Glauber; ROCHA ANTUNIASI, Ulisses. Organização. *Entendendo a Tecnologia de Aplicação: Caldas Fitossanitárias e Descontaminação de Pulverizadores*. 2. ed. rev. ampl. [S. l.]: AgroEfetiva/FEPAF, 2022.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/12/2025
APROVADO NA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DCAF

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação